



CONEXÃO UNIFAMETRO 2021

XVII SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

A GESTÃO PREVENTIVA DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: APORTE PARA O PROTAGONISMO ESTUDANTIL.

Francisca Eliane Santos Forte

(Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro)

(francisca.forte@aluno.unifametro.edu.br)

Marcella Mourão de Brito

(Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro)

(marcella.brito@professor.unifametro.edu.br)

Área Temática: Políticas Públicas e Direitos Sociais

Encontro Científico: IX Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

O presente trabalho, compreende um estudo acerca da gestão preventiva de conflitos no ambiente escolar com vistas ao desenvolvimento do protagonismo estudantil, desta maneira discorre sobre a importância da promoção da cultura de paz na escolar através de ações como a valorização do diálogo e o uso das práticas colaborativas, da comunicação não violenta, bem como das técnicas de mediação de conflitos com o intuito de minimizar índices crescentes de violência entre crianças e adolescentes no estado do Ceará. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, como livros, artigos científicos, documentos, dentre outros, sendo possível analisar, com maior aprofundamento, os problemas relacionados ao tema. É apresentada algumas técnicas de mediação para torna-la eficaz e nesse contexto percebe-se a necessidade de investir em políticas públicas que contribuam para que as relações sociais nas escolas aconteçam de maneira saudável. Nesta pesquisa conclui-se que é responsabilidade do Estado a criação de políticas públicas que fomentem a cultura de paz nos ambiente escolares, através de criação de leis, projetos e planos de uma gestão menos punitiva e mais inclusiva, transformando a vida de muitas crianças e adolescentes que ao se frustrarem por qualquer motivo, abandonam ou se evadem da escola, sendo muitas vezes vítima da violência.

Palavras-chave: Ambiente escolar; Gestão de conflitos; Mediação; Protagonismo estudantil.

INTRODUÇÃO

Compreender a escola numa perspectiva global é um desafio constante para os gestores, professores e demais profissionais do contexto escolar. Nesse sentido, desenvolver espaços propícios ao diálogo para que seja fortalecido as relações pessoais, deve ser pauta de uma gestão escolar preventiva que visa fomentar o protagonismo de seus alunos.

O presente trabalho propõe demonstrar possibilidades de resolução de conflitos no ambiente escolar, com o intuito de contribuir para a redução da violência dentro e fora da escola,



assim como da diminuição de evasão escolar. De forma mais específica, propõe promover estratégias adequadas de abordagem dos conflitos, para que gestores, professores, alunos e comunidade escolar, sejam protagonistas do estreitamento das relações interpessoais, ressaltando o protagonismo estudantil e conseqüentemente diminuir os índices de violência.

Desta forma, a metodologia empregada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, buscando livros, artigos científicos, documentos e jornais etc., com a finalidade de explicar, com maior aprofundamento, os assuntos contidos no corpo de um futuro artigo e contribuir como estudos científicos.

As pesquisas demonstram, conforme dados do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, isto até o dia 28 de outubro do ano de 2020, que já foram registrados 3.334 (três mil trezentos e trinta e quatro) assassinatos no estado do Ceará, com uma média de 11 mortes por dia. Sendo que os jovens são os mais atingidos pela violência letal intencional. Um dado que chama a atenção é a quantidade de crianças vítimas de homicídio: oito meninos e sete meninas, todos com menos de seis anos (CEARÁ, 2020).

O comparativo entre as unidades federativas que foi realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentou o número de assassinatos no Ceará em os dados quase dobraram em relação aos seis primeiros meses de 2019. Enquanto a média nacional de aumento de homicídios foi de 7,1%, o estado apresentou um crescimento de agressões fatais de 96,6%. O estado teve o maior aumento de homicídios do Brasil no primeiro semestre de 2020 (CEARÁ, 2020).

As escolas, por muitas vezes, estão localizadas em áreas de risco, de vulnerabilidade social e apresentam os mais diversos tipos de conflitos. Nesse sentido, quando instalado o conflito no ambiente escolar, há impacto direto na rotina pedagógica, na sala de aula, na aprendizagem, desfavorecendo a qualidade do ensino. Traz-se, então, inúmeras conseqüências, dentre as quais: evasão, reprovação, desmotivação, medo e insegurança que serão vivenciadas pelo núcleo gestor da escola, alunos e comunidade. Assim, o presente estudo irá discutir a importância de promover a cultura de paz na escola por meio de ações como a valorização do diálogo e o uso das práticas colaborativas, da comunicação não violenta, bem como de técnicas de negociação e mediação entre núcleo gestor, professor, aluno e comunidade, que podem contribuir para minimizar esses números expressivos da violência no estado do Ceará.

METODOLOGIA

O percurso teórico-metodológico adotado no estudo foi de caráter teórico, com o enfoque qualitativo adotando a pesquisa exploratória e bibliográfica, com fundamentação em autores que tratam do assunto em questão.

No meio acadêmico, a pesquisa bibliográfica é tida como o primeiro passo de um trabalho científico. Em conformidade, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de estudos já elaborados, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Ainda, a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador entrar em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando-o na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Sobre a pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002, p. 21) também diz que este tipo de pesquisa oportuniza o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Portanto, todos os autores pesquisados contribuíram para a construção das ideias e definições acerca da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é local de socialização, de aprendizados, de trocas de ideias. Existindo uma visível elasticidade nas relações interpessoais, sendo natural o surgimento dos conflitos, por isso é preciso fomentar o comportamento colaborativo dentro e fora dos muros das escolas construindo o ambiente mais propício ao diálogo franco, sem julgamentos e mais democrático.

Nesse sentido, Chrispino (2007, p. 23) afirma que escolas que apreciam o conflito de forma que aprendem a trabalhar com essa realidade são espaços onde o diálogo é constante, promovendo a escuta das diferenças, de modo que consideram a comunicação e discussão para soluções dos conflitos.

Logo, é dever dos profissionais da escola, exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos. “[...] a violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação” (ABRAMOVAY, 2002, p. 13). Portanto, é necessário refletir sobre as violências do cotidiano, já que elas se encontram presentes no ambiente escolar, com questões e problemas que ela mesma constrói.



Rosenberg (2006), traz a comunicação não violenta e ensina a observar os comportamentos do ser humano, por vezes alienante e julgador, que refletem as condições que geram mais animosidade, tristeza, decepções. A comunicação eficaz, que vem do coração e faz o ser humano diferenciar o que sente da sua real necessidade, diminui a distância, cria um ciclo de compaixão e ajuda a identificar e articular o que realmente se quer de determinadas situações.

A cultura de paz é um movimento que deve ser apreendido e replicado por toda a sociedade. E, por que não, iniciar esse aprendizado na mais tenra idade, principalmente com a facilitação de profissionais escolares capacitados. Conforme a Declaração da ONU, 1999, uma cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação.

A decisão tomada, por meio do livre diálogo e da construção do consenso é a mais pura ideia de democracia participativa (HABERMAS, 2013). A gestão preventiva de conflitos precisa ser intrínseca a esse espaço, contribuindo então para a formação de alunos protagonistas de uma sociedade democrática. Por isso a importância da gestão democrática como um dos princípios do ensino, prevista em diversos documentos normativos¹.

Necessário, elabora-se uma digressão acerca das técnicas que permeiam a mediação e a importância destas para que seja constituída uma sessão bem-sucedida. Sem prejuízo de esclarecer, que o procedimento de mediação, em si, será referido em momento oportuno. A temática não se limita ao aspecto teórico, porque, na atuação concreta, a técnica é de suma importância. Técnica e teoria se perfazem em paralelo (TARTUCE, 2015, p. 228).

Bush e Folger (2005, p. 8) conceituam a mediação como um processo informal em que um terceiro neutro, sem poder para impor uma resolução, ajuda as partes em disputa a tentar chegar a um acordo mutuamente aceitável.

Assim, faz-se necessário o conhecimento de algumas técnicas da mediação, sem pretensão de esgotar o tema, mas que podem e devem serem utilizadas, e que passam a ser abordadas são elas: a empatia, que é a habilidade de se colocar no lugar do outro, fornece importante aporte para o desenvolvimento da compaixão; a escuta ativa, ou seja, ouvir para além das palavras ditas, revela-se uma ferramenta essencial para o mediador; o parafraseamento

¹ São eles: Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 no inciso VI, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seus art. 3º inciso VIII, art. 14 incisos I e II e Plano Nacional da Educação (PNE) em sua meta 19.



consiste em uma técnica de se utilizar de palavras semelhantes às trazidas pelas partes, repete a ideia, com outras palavras, de forma positiva; o rapport, técnica que busca criar empatia entre as partes, baseada no tripé comunicação coordenada, atenção mútua e sentimento positivo; o brainstorming é uma técnica em que onde todos os participantes contribuem espontaneamente com ideias, surge como um momento direcionado que reflete a vontade dos envolvidos e o caucus, ou seja, a realização de encontros privados com as partes, é usada para avançar na negociação quando os ânimos estão muito exaltados.

Apresentadas algumas técnicas importantes para utilização em uma mediação eficaz, é importante esclarecer que o propósito é auxiliar as partes à reestabelecer o diálogo, construindo pontes, e abrindo caminhos para que os participantes quedem-se satisfeitos com a solução.

Para Nunes (2011), é preciso educar valorizando relações humanas e sociais. Ainda, exercitando no cotidiano a busca da solidariedade, da amizade, da cooperação, da paz, do respeito, da ética e dos valores fundamentais da pessoa humana.

Nessa esteira, diante do aumento da violência escolar e o alto índice de criminalidade envolvendo crianças e adolescentes, é preciso pensar em políticas públicas que garantam o direito a educação e previna a violência.

Para Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28), políticas públicas são um fluxo de decisões públicas, no sentido de orientar a manutenção do equilíbrio social, assim como introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.

Nesse perspectiva, o poder público deve possibilitar o desenvolvimento de estratégias que modifiquem a realidade da sociedade, bem como atuar de forma a dirimir o problema da violência escolar. Assim a intervenção do Estado é imprescindível na realidade social, buscando contemplar os direitos sociais da população instituindo projetos de governo, por meio de ações, e/ou programas, direcionados para setores específicos da sociedade.

As escolas desempenham um papel crucial no crescimento da sociedade, pois delas saem as principais decisões na trajetória das crianças e de suas famílias. Assim, sua estrutura, equipe e cultura organizacional são elementos que devem servir como aporte para elaboração de políticas públicas adequadas para a gestão de conflitos. Por meio do livre diálogo, construção do consenso e protagonismo infantil, contribui-se sobremaneira para a construção de uma sociedade baseada na democracia e cidadania ativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, compreende-se que através do diálogo, restauram-se muitos processos no ambiente escolar, contribuindo para uma sociedade menos violenta, perceber a importância de dispor de uma equipe capacitada que dialogue, previna e realize a mediação dos conflitos e principalmente que oportunize o protagonismo estudantil.

Por fim, o presente documento conclui que é responsabilidade do Estado a criação de políticas públicas que fomentem a cultura de paz no ambiente escolar, por meio de criação de leis, projetos e planos de uma gestão menos punitiva e mais inclusiva, que busca lidar com os conflitos existentes de forma preventiva e adequada.

Para tanto, e sem a pretensão de esgotar o tema, sugere a elaboração de projetos que contribuam para a ascensão do protagonismo estudantil, por meio de diversas abordagens, como palestras, eventos de sensibilização, capacitação em mediação de conflitos de profissionais escolares, a contratação de profissionais capacitados em mediação de conflitos, e até a criação de uma sala de mediação em todas as escolas do Estado, a fim de contribuir para o fomento ao diálogo e a não violência de forma transversal e também direta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. Violências nas escolas: revisando a literatura In: ABRAMOVAY, M. (coord.). Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. Brasília, DF, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 set. 2021

BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. **The promise of mediation: the transformative approach to conflict**. Ed. rev. São Francisco, CA, EUA: Jossey-Bass, 2005.

CEARÁ, Governo do Estado. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em <https://cadavidaimporta.com.br/news/semana-cada-vida-importa-2020>. Acesso em: 20 set. 2021.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. *Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar*. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

HABERMAS, Jürgen; SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Direito e democracia: entre



CONEXÃO UNIFAMETRO 2021

XVII SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

NUNES, A. O. Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Marshall B Rosenberg [tradução Mário Vilela]. - São Paulo: Ágora, 2006.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas; coletânea/Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf>. Acesso em 26 set. 2021.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 2. ed. rev., atual. e ampl. Forense; São Paulo, Método, 2015.